

2. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA OCUPAÇÃO DE 92 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO:

Do **DMGAP/DRH**, submetendo proposta relativa a procedimentos concursais comuns.

Nº Informação: 727**Data: 08/01/2019**

Assunto: Procedimentos concursais comuns para ocupação de postos de trabalho na carreira / categoria de assistente operacional, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

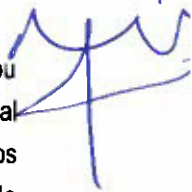
O mapa de pessoal do Município de Braga para 2019, elaborado nos termos do previsto no art.º 29.º da Lei 35/2014, de 20/06, aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 14 de dezembro de 2018, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 31 de outubro de 2018, prevê o recrutamento de assistentes operacionais em diferentes áreas de atividade, a saber:

Postos de trabalho	Área de atividade
2	Asfaltador
8	Calceteiro
1	Canalizador
2	Cantoneiro
4	Carpinteiro
1	Eletricista de Automóveis
4	Eletricista
20	Indiferenciado
15	Jardineiro
1	Mecânico de Automóveis
1	Motorista de Pesados
4	Pedreiro
2	Pintor
1	Pintor de Automóveis
5	Serralheiro
11	Trolha

No mapa de pessoal de 2019 aprovado, constam ainda dez postos de trabalho cativos na carreira/categoria de assistente operacional, atividade de jardineiro, resultantes da aprovação pelo órgão executivo de 30/04/2018, da abertura de procedimento concursal para ocupação de quinze postos de trabalho, procedimento sem continuidade, dado que a 25 de maio de 2018, foi publicado na Bolsa de Emprego Público o procedimento concursal para Regularização Extraordinário dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), de que resultou a ocupação de cinco postos de trabalho de assistente operacional, atividade de jardineiro.

*À S. do Excmo, o
pupilo no âmbito do).*

19/01/19



Nos termos previstos no art.º 30.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho tal como consta no mapa de pessoal, devendo o recrutamento ser feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado. O órgão ou serviço pode ainda recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público.

Conforme o previsto no art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09, que procede à adaptação à administração autárquica da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, revogada pela Lei n.º 35/2014 de 20/06, mas, como refere o n.º 3 do art.º 42.º da citada Lei n.º 35/2014, todas as referências ao diploma ora revogado entendem-se feitas para as correspondentes normas desta Lei, o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal, é precedido de aprovação do órgão executivo.

Face ao exposto, submete-se à informação da diretora de departamento de recursos humanos, tendo em vista decisão do Sr. Presidente no âmbito da competência que lhe está atribuída pelo n.º 2 do art.º 75.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 de:

- a. Propor ao órgão executivo municipal, nos termos do art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009 de 03/09, a aprovação para a abertura de procedimento concursal comum destinado a candidatos detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado atento o previsto no n.º 3 do art.º 30.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), com vista à ocupação de oitenta e dois postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional, em atividades descritas no quadro acima referido, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, mais os dez cativos para a atividade de jardineiro, ou
- b. Propor ao órgão executivo nos termos do art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009 de 03/09, que autorize desde já, por razões de economia e celeridade processual e atendendo à circunstância de se revelar fortemente provável não ser possível o preenchimento dos postos de trabalho em causa restringindo o recrutamento a candidatos detentores de vínculo de emprego público, pelo facto de se tratar de recrutamento para carreira e categoria a que corresponde o nível remuneratório mais baixo da Tabela Remuneratória Única da Administração Pública, a abertura de procedimento concursal comum destinado não apenas a candidatos detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, mas também a candidatos com vínculo de emprego público a termo resolutivo, bem como sem vínculo de emprego público, tendo em vista a ocupação de oitenta e dois postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional, em atividades descritas no quadro acima referido, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nunca descurando o cumprimento do previsto no n.º 3, art.º 30.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06, ou seja, a prioridade aos candidatos aprovados com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, mais os dez cativos para a atividade de jardineiro, por ordem decrescente da lista unitária de ordenação final.

Utilizador: Luis Carlos Costa Vaz

Relatório do Documento interno n.º 727 de 08/01/2019

DOCUMENTO Nº

DATA 00/00/0000

REFERÊNCIA

REGISTADO: luis.vaz

ATUALIZADO: graca.ribeiro

ASSUNTO

Procedimentos concursais comuns para ocupação de postos de trabalho na carreira / categoria de assistente operacional, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

REMETENTE FUNC.: LUIS CARLOS COSTA VAZ

TIPO DE DOCUMENTO INFORMAÇÃO

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Func.: Luis Carlos Costa Vaz

PROCESSO N.º

CLASSIFICAÇÃO

OBSERVAÇÕES

Movimentos

(3) Movimentado no dia 09/01/2019 10:55 para Func.: Luis Carlos Costa Vaz

Efetuada por Func.: 5309 - Maria Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro(graca.ribeiro)

Motivo: Concorde. Remeter a aprovação do executivo.

(2) Movimentado no dia 09/01/2019 09:50 para Func.: Maria Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro

Efetuada por Func.: 1516 - Luis Carlos Costa Vaz(luis.vaz)

Motivo: Submete-se para informar

(1) Movimentado no dia 08/01/2019 16:28 para Func.: Luis Carlos Costa Vaz

Efetuada por Func.: 1516 - Luis Carlos Costa Vaz(luis.vaz)

Motivo: Registo original!

Anexos do documento

Tipo doc.: Informação | Data: 09/01/2019 | Observações: Informação original corrigida.